

Fabiano Eloy Atílio Batista
(Organizador)

Pesquisas, processos e práticas em
arquitetura
e urbanismo

2

**Atena**
Editora
Ano 2022

Fabiano Eloy Atílio Batista
(Organizador)

Pesquisas, processos e práticas em
arquitetura
e urbanismo

2

**Atena**
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Pesquisas, processos e práticas em arquitetura e urbanismo 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Fabiano Eloy Atílio Batista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P474 Pesquisas, processos e práticas em arquitetura e urbanismo
2 / Organizador Fabiano Eloy Atílio Batista. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0721-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.218220911>

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. I. Batista, Fabiano Eloy
Atílio (Organizador). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Caros leitores e leitoras;

Em sua segunda edição, a obra '**Pesquisas, processos e práticas em arquitetura e urbanismo 2**' busca reunir textos que dialoguem com temas atuais e importantes nos estudos da arquitetura e do urbanismo. Assim, ao longo desses seis capítulos é possível vislumbrar textos com alto rigor científico, críticos e com temas de suma importância para a prática da profissão.

Iniciando as discussões, temos o texto intitulado ***Avaliação de Inteligibilidade em salas de aula via aurlizações simuladas***, onde os autores buscaram consolidar uma metodologia para avaliar a inteligibilidade da fala em salas de aula. É apresentado, ao longo do texto, um estudo de caso com duas salas de aula do Centro de Tecnologia da Universidade Federal de Santa Maria. O objetivo principal da pesquisa foi o de validar a metodologia de avaliação da inteligibilidade em salas de aula sem a necessidade de efetuar um teste de articulação presencial, o que é particularmente útil em situações de pandemia, como o mundo vivenciou recentemente.

Dando continuidade às discussões, temos o segundo capítulo intitulado ***Cultura, técnica e política: fronteiras contemporâneas de resistência perante fragilidades socioespaciais e ambientais*** que apresenta fundamentos para a discussão dos limites e possibilidades da arquitetura e do urbanismo no Brasil, perante a reflexão teórica a partir de referências bibliográficas e documentais, considerando aspectos históricos, estruturais e conjunturais, tendo como premissa a noção de que cultura, técnica e política são temas articulados indissociáveis.

O capítulo intitulado ***Dicotomia na preservação: reflexões sobre o moderno na cidade de Goiás – GO*** parte do entendimento de que há uma lacuna no sentido de registro e reconhecimento oficial acerca do acervo arquitetônico moderno produzido ao longo do século XX na área de tombamento e entorno do Conjunto preservado de Goiás e busca refletir sobre a preservação destes exemplares classificados.

Do monumento isolado à paisagem cultural, compõe o quarto capítulo e busca contextualizar as ações de salvaguarda realizadas na cidade de Goiás - GO, que passaram do tombamento majoritário de seus monumentos isolados à atual proteção de seu conjunto histórico, englobando, ainda, a paisagem natural circundante.

No quinto capítulo, intitulado ***O impacto do ambiente de trabalho na saúde e na qualidade de vida do usuário – arquitetura saudável***, os autores buscam compreender os impactos do espaço físico sobre o seu usuário, com ênfase nos aspectos relacionados à saúde e qualidade de vida pertinentes ao ambiente de trabalho. Possuem o objetivo de construir uma revisão de literatura fundamentada nas correlações entre indivíduo-espço, bem como fazer um levantamento, com indicativos de cunho científico, dos fatores

causadores de impactos quanto à salubridade nos ambientes de trabalho.

Encerrando as discussões desta segunda edição, temos o artigo intitulado ***Revisão sistemática e bibliométrica da literatura sobre a ergonomia do mobiliário de salas de aula escolares brasileiras*** que teve como foco investigar a perspectiva de produção brasileira, em nível de pós-graduação, de trabalhos que abordam a importância da ergonomia do mobiliário de salas de aula escolares, com foco para a antropometria.

Espera-se que as discussões possam enriquecer ainda mais o debate sobre as práticas e os processos no campo da arquitetura, corroborando para ampliação dos debates a nível nacional e internacional. Por fim, desejamos que você tenha uma agradável e produtiva leitura!

Fabiano Eloy Atílio Batista

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AVALIAÇÃO DE INTELIGIBILIDADE EM SALAS DE AULA VIA AURILIZAÇÕES SIMULADAS

Ana Luiza Mahl

Roberto A. Tenenbaum

Viviane S.G. Melo

Gabriel B.R. Sampaio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2182209111>

CAPÍTULO 2..... 16

CULTURA, TÉCNICA E POLÍTICA: FRONTEIRAS CONTEMPORÂNEAS DE RESISTÊNCIA PERANTE FRAGILIDADES SOCIOESPACIAIS E AMBIENTAIS

Vera Santana Luz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2182209112>

CAPÍTULO 3..... 38

DICOTOMIA NA PRESERVAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O MODERNO NA CIDADE DE GOIÁS – GO

Thalita Pereira da Fonseca

Karine Camila Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2182209113>

CAPÍTULO 4..... 55

DO MONUMENTO ISOLADO À PAISAGEM CULTURAL: UM BREVE PANORAMA DA EVOLUÇÃO DO ENTENDIMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE VALOR NO ÂMBITO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO A PARTIR DA CIDADE DE GOIÁS, GO

Thalita Pereira da Fonseca

Eduarda Oliveira Luz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2182209114>

CAPÍTULO 5..... 69

O IMPACTO DO AMBIENTE DE TRABALHO NA SAÚDE E NA QUALIDADE DE VIDA DO USUÁRIO – ARQUITETURA SAUDÁVEL

Rejane R. Pimenta

Darja Kos Braga

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2182209115>

CAPÍTULO 6..... 92

REVISÃO SISTEMÁTICA E BIBLIOMÉTRICA DA LITERATURA SOBRE A ERGONOMIA DO MOBILIÁRIO DE SALAS DE AULA ESCOLARES BRASILEIRAS

Paula Scherer

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2182209116>

SOBRE OS ORGANIZADOR	106
ÍNDICE REMISSIVO.....	107

DICOTOMIA NA PRESERVAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O MODERNO NA CIDADE DE GOIÁS – GO

Data de aceite: 01/11/2022

Thalita Pereira da Fonseca

Mestre; Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Goiás

Karine Camila Oliveira

Mestre; Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Goiás

RESUMO: A cidade de Goiás – GO possui o maior acervo arquitetônico e urbanístico tombado a nível federal no estado de Goiás, e desde 2001, integra a Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Seu conjunto, originário em grande parte da formação urbana do século XVIII tanto no que tange às técnicas construtivas tradicionais como à estruturação da malha urbana no território, é pontuado por inserções produzidas ao longo do século XX. Tais inserções se associam ao discurso moderno e constituem uma lacuna na historiografia arquitetônica da cidade, sobretudo a produção posterior a 1937, marco histórico de transferência da capital para Goiânia. A partir da identificação e análise das principais inserções modernas, organizadas em categorias, e da normativa vigente – frente à evolução da noção de patrimônio histórico – o trabalho procurou compreender como esta última as reconhece ou protege formalmente. A conclusão aponta para a preservação dos remanescentes modernos pelo estrato colonial subjacente, e não pelo reconhecimento de sua qualidade ou pelo sentido que lhes é atribuído pelas pessoas e pela comunidade. O destino

destes representantes é incerto, tendo em vista a utilização de uma normativa defasada, com afinidades coloniais, que demonstra reduzir a noção de patrimônio cultural, ampliada na mudança para o século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: História urbana; cidade; patrimônio moderno; preservação; Cidade de Goiás.

**DICHOTOMY IN PRESERVATION:
REFLECTIONS ON MODERN IN THE
CITY OF GOIÁS - GO / DICOTOMÍA EN LA
CONSERVACIÓN: REFLEXIONES SOBRE
EL MODERNO EN LA CIUDAD DE GOIÁS
- GO**

ABSTRACT: The city of Goiás - GO has the largest architectural and urban collection registered at the federal level at the state of Goiás, and since 2001, it is part of the UNESCO World Heritage List. This historical site, originated in a large part of the urban formation of the 18th century, both in terms of traditional construction techniques and in the structuring of the urban network in the territory, is punctuated by insertions produced throughout the 20th century. Such insertions are associated with modern principles and constitute a gap in the architectural historiography of the city, especially the production after 1937, a historic landmark for transferring of the capital to Goiânia. Based on the identification and analysis of the main modern insertions, organized into categories, and the current regulations - in view of the evolution of the notion of historical heritage - the paper tried to understand how the legislation formally recognizes or protects them. The conclusion points that preservation of

architectural modern remnants occurred by the underlying colonial stratum, and not by the recognition of their quality or the meaning attributed to them by people and the community. The fate of these representatives is uncertain, in view of outdated regulations, with colonial affinities, which demonstrates reducing the notion of cultural heritage, expanded in the move to the 21st century.

KEYWORDS: Urban history; city; modern heritage; preservation; City of Goiás.

INTRODUÇÃO

A cidade de Goiás, localizada no estado de mesmo nome, apresenta o maior acervo arquitetônico e urbanístico tombado a nível federal daquele estado, que compõe um conjunto identificado tanto pelo arcabouço vernacular das técnicas construtivas empregadas quanto pela estruturação de sua malha urbana, cujo primeiro reconhecimento formal remonta ao ano de 1951. Teve sua última atualização feita em 2004, contando também com a inclusão da cidade na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em 2001.

A escolha da área tombada do município como objeto de estudo do presente trabalho se deu em razão de seu Conjunto Arquitetônico e Urbanístico salvaguardado apresentar, majoritariamente, edificações e malha urbana remanescentes de seu período de formação setecentista, mas também por conter pontuais inserções arquitetônicas produzidas no final do século XIX e, sobretudo, ao longo do século XX, comumente elementos de invisibilidade na historiografia produzida sobre a cidade.

Ao se debruçar sobre os estudos realizados, como os de Gustavo Neiva Coelho, Paulo Bertran, Fátima de Macedo Martins, José Leme Galvão Junior ou Beatriz Otto de Santana, dentre outros, percebe-se um maior interesse pela história de fundação e evolução urbana e arquitetônica, bem como pelas contribuições tecnológicas e modo de vida, correspondentes ao período compreendido entre sua fundação e o ano de 1937, marco histórico cunhado pela transferência do título de capital do estado para a cidade de Goiânia. O mesmo se dá ao olhar obras como *O Guia Afetivo da Cidade de Goiás*, de Elder Rocha Lima. Publicado em 2017 pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o livro não se pretende um registro acadêmico e científico e, por isso, se assume carregado de subjetividades, apresentando a cidade por seus aspectos diversos, mas que reforça a construção da narrativa do mito fundador do estado¹, e portanto, reforçando o retorno às suas origens.

Dos poucos trabalhos que estendem o recorte temporal ao período posterior à transferência da capital, destaca-se a tese defendida por Izabela Tamaso, na Universidade de Brasília, em 2007, que traz uma abordagem antropológica que avança até o período de inclusão da cidade no rol da UNESCO, em 2001, e apresenta as transformações produzidas na arquitetura da cidade, incluindo as reformas no início do presente século

¹ O entendimento de *mito* fundador será apresentado brevemente adiante neste artigo.

orientadas ao retorno das fachadas ao aspecto colonial original, com fechamento de alpendres, remoção de platibandas e substituição de esquadrias por novas em madeira. Entretanto a produção arquitetônica a partir da década de 1940 foi pouco aprofundada, aparecendo em uma classificação preliminar no trabalho de Fonseca e Oliveira (2017) que sistematizou a identificação e a vinculação dos exemplares às principais vertentes do pensamento moderno encontradas no repertório arquitetônico brasileiro.

Há, portanto, uma lacuna no sentido de registro e reconhecimento oficial acerca deste acervo moderno produzido ao longo do século XX na área de tombamento e entorno do Conjunto preservado de Goiás, e este artigo pretendeu, justamente, refletir sobre a preservação destes exemplares classificados.

Assim, primeiramente ele apresenta a localização e a caracterização do suporte físico a ser estudado, em sua primeira seção, e retoma a classificação sistematizada por Fonseca e Oliveira (2017) em *A Arquitetura Vilaboense ao gosto moderno*, buscando mais informações como dados de autoria e anos de construção. Em seguida, em *Reconhecimento Formal*, o artigo reflete a evolução da preservação empreendida na cidade, partindo da valoração do bem enquanto obra de arte até o momento de transição para o século XXI, que passa a incorporar aspectos antropológicos, e o sentido dado pelas pessoas e comunidades.

A partir daí, em *A preservação do patrimônio moderno*, o artigo apresenta o questionamento da legitimidade da inserção das tipologias do século XX no tecido protegido feito pelos documentos técnicos oficiais do IPHAN, que parece preferir tais inserções e se apresenta com evidentes afinidades coloniais, trazendo implícita uma redução da noção de patrimônio que se havia conquistado, inclusive se utilizando de normativas vigentes bastante defasadas.

Diante disso, e brevemente apresentando o caso emblemático do Cine Teatro São Joaquim, o trabalho entende que a preservação dos remanescentes modernos se deu pelo estrato colonial subjacente, e não pelo reconhecimento de sua qualidade em si. Para o preenchimento desta lacuna, cabe o aprofundamento mais preciso e formal das inserções tipológicas apresentadas, a fim de conhecê-lo, e valorá-lo, atribuindo o devido lugar a tais iniciativas, bem como reconhecendo a atuação de profissionais que, igualmente, constituem-se invisibilidades.

LOCALIZAÇÃO E SUPORTE FÍSICO

A expansão da colonização brasileira para o interior esteve vinculada ao aproveitamento econômico do território nos séculos XVIII e XIX. Os primeiros núcleos urbanos surgiram em função da exploração mineral de ouro, vegetal ou agrícola e, na medida em que esses recursos se esgotavam, muitas ocupações eram abandonadas. Os núcleos remanescentes sobreviveram por questões vinculadas às estratégias políticas,

como no caso da antiga Vila Boa, atual cidade de Goiás. Surgida a partir da fundação, em 1727, de um núcleo minerador pelo bandeirante paulista Bartolomeu Bueno da Silva Filho, que ficou conhecido como Anhanguera, a permanência da cidade se atrelou à história do Estado de Goiás (SANTANA, 2005) e à constituição de uma rede de cidades no interior do Brasil (GALVÃO JR, 2009).

O município foi sede administrativa da Capitania e do Estado, de 1744 até 1937, quando ocorreu a transferência oficial da capital estadual para Goiânia. A mudança da capital acabou por ajudar na conservação da paisagem da cidade, mantendo as características da trama urbana colonial, dos espaços públicos e privados, da escala e da volumetria de suas edificações.

Apesar de fortemente caracterizada por tal casario, que corresponde, principalmente, ao período compreendido entre sua fundação e o século XIX, timidamente surgem edificações com influências modernas em meio à paisagem bucólica da cidade.

A ARQUITETURA VILABOENSE AO GOSTO MODERNO

O início do século XX, sobretudo após a primeira guerra mundial, apresentou os impactos provocados, no Brasil, pela abolição da escravatura e a instalação da República no final do século anterior, quais seriam a valorização e a melhoria dos padrões de mão de obra, a transformação de sua estrutura econômica e a instalação industrial (REIS FILHO, 2004), e seus desdobramentos no modo de vida.

Foi um momento de crescimento das cidades brasileiras, com a emergência das classes média e alta de sua sociedade, e também do progressivo melhoramento da oferta de serviços públicos, orientando a arquitetura, sobretudo residencial, a um novo padrão construtivo que tentasse unir “as velhas tradições coloniais do sobrado [urbano] e da chácara ou casa de arrabalde” (REIS FILHO, 2004, p. 54, grifo nosso). Viu-se, assim, a tentativa de alteração na implantação da edificação, que passou a ser almejada em condição de isolamento em centro de lote, em meio a um jardim.

Entretanto, e como ponderou Reis Filho (2004), de modo geral, a tipologia dos lotes urbanos herdada do século anterior se manteve. De configuração retangular com testada estreita e bastante profundo, o lote urbano brasileiro apresentou-se como elemento impeditivo de se adotar, em caráter literal, o modelo de implantação em centro de terreno, tendo sido necessário que a arquitetura promovesse as alterações, e estas convencionadas por sua destinação.

Assim, a grande maioria das edificações, por não poder se estabelecer segundo essa implantação, adotou afastamento parcial, verticalizando as construções na tentativa de liberá-las das divisas do lote, ainda que não integralmente, mantendo uma das empenas colada a elas. A grande maioria encontrou nas fachadas e no embelezamento de seus alçados, o vínculo possível com o *espírito da modernidade* vigente quando maiores

alterações não puderam ser empreendidas por razões estruturais (MENDES, VERÍSSIMO, BITTAR, 2015).

Por todo o país observou-se a implementação dos ideais modernos tanto na arquitetura oficial, monumental ou não, quanto na arquitetura civil, inclusive das residências, e ao lançar olhar para o conjunto preservado de Goiás, é possível identificar uma série de investidas a fim de qualificar ou atualizar suas edificações, inserindo-as no debate moderno que rejeitou o historicismo predominante. Desde o incipiente século XX, o anseio pelo progresso e renovação, perspectivas que seriam antagônicas à estrutura predominantemente colonial da cidade, já ensejavam a inserção de novas tipologias arquitetônicas.

Pode-se verificar na Lei nº 2985, de 23 de junho de 1918, que, dentre as determinações de parâmetros urbanísticos para a cidade de Goiás, permitia-se o “gosto moderno” para novas construções. Mais que uma permissão, a inclusão da expressão “gosto moderno” sugeria a renovação da tipologia arquitetônica da cidade, uma vez que foram acentuados, a partir da transferência da capital para Goiânia, em 1937, os sentimentos de atraso e decadência que eram evidenciados pela arquitetura colonial (OLIVEIRA, 2014; TAMASO, 2007).

Como resultado, distribuem-se pelo perímetro tombado de Goiás inúmeros exemplares que exprimem tal anseio por ruptura em vias de uma realidade mais moderna. Estes representantes foram organizados por Fonseca e Oliveira (2017) em três categorias que levaram em consideração a extensão da apropriação do repertório moderno dos exemplares.

A primeira corresponderia às edificações, de uso comercial ou residencial, que apresentavam pontuais intervenções de fachada, sem alteração volumétrica, uma vez que mantiveram-se as características coloniais do lote urbano colado nas divisas, e que, em razão disso, atingiam a horizontalidade almejada ressaltando cimalkhas que avançavam em relação ao plano frontal de fachada, produzindo fenestração mais horizontais que verticais, e utilização de esquadrias de ferro e vidro em lugar das coloniais, de madeira (ver figura 1).

Uma segunda categoria abrangeria as edificações de uso residencial, cuja melhor apropriação do discurso moderno se tornou evidente a partir da utilização de diversos elementos, quais sejam: dimensão do terreno disponível, composições melhor arranjadas que contavam com implantação afastada das divisas, varanda frontal integrando o espaço interior com jardim frontal, manipulação volumétrica com maior ocorrência dos vazios, emprego de elementos vazados, como os cobogós, novos materiais, e utilização de telhados inclinados com cumeeira perpendicular ao alinhamento frontal do lote, podendo ser utilizadas calhas intermediárias (ver figura 1).



Figura 1 – Exemplos de edificações residenciais pertencentes à primeira categoria (à esquerda) e à segunda categoria (à direita) pertencentes ao Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Goiás.

Fonte: Foto de Alisson Andrade, 2019.

Estas duas categorias representariam o esforço pela integração ao sentimento moderno, assim como apontado por Paulo F. Santos (1981) nos primeiros esforços de modernização empreendidos no Brasil, mas que, entretanto, não concretizou mais do que a realização de estilizações de formas modernas.

A terceira categoria é composta por edificações de uso institucional, que se distinguiram do casario contíguo, entre outros fatores, pelos afastamentos e aspectos volumétricos que apresentavam. É uma categoria que, numa ponta, congrega edificações que dialogavam com o modernismo racionalista, e na outra, por exemplares que se exprimiam segundo aspecto formal com aproximações ao vocabulário brutalista.

Os representantes racionalistas corresponderiam ao Colégio Estadual Alcide Jubé, de 1965 (ver figura 2), e ao Hotel Vila Boa, inaugurado na década seguinte, em 1975 (ver figura 3). Ambos projetos do arquiteto vilaboense Renan Barros de Oliveira², é interessante observar que estas duas construções fizeram parte do escopo de um projeto desenvolvimentista empreendido pelo governo do estado de Goiás entre a década de 1960 e 1970, tendo sido o Hotel Vila Boa administrado por uma agência pública, a Goiastur Turismo, até os anos 1990, quando foi, então, vendido à iniciativa privada.

A edificação do Colégio se impõe pelo volume de base retangular apoiada sobre pilotis em forma de V, dispostos de forma ritmada. Implantado totalmente afastado das divisas e das demais edificações³ presentes no terreno, tem o acesso principal ressaltado pela utilização de marquise de concreto armado em balanço que conduz à caixa de escada encerrada por grande pano de vidro.

² As informações oficiais disponíveis sobre a construção, projeto ou mesmo histórico dos exemplares aqui destacados – Colégio Alcide Jubé, Hotel Vila Boa e Clube Cantagalo –, bem como da trajetória profissional pouco documentada do arquiteto Renan Barros de Oliveira, são raras e extremamente fragmentadas.

³ As outras edificações correspondem ao antigo Palácio da Instrução, e a um ginásio poliesportivo, este último demolido em 2020.



Figura 2 – Colégio Professor Alcide Jubé. Vista geral do volume arquitetônico elevado sobre pilotis deixando o pavimento térreo livre na, quase, totalidade de sua extensão.

Fonte: Foto de Karine Oliveira, 2020.

O Hotel Vila Boa também apresenta volumetria que se impõe sobre a paisagem. Sua edificação adotou o sistema de planta e fachada livres (figura 3), tirando partido da solução estrutural como elemento de composição, tornando-se os pilares elementos de separação entre as áreas privativas das unidades. Sua implantação tira partido do terreno em grande aclave, situando a área coletiva de lazer em nível abaixo do acesso principal, e a horizontalidade que se expressa de forma volumétrica, é reforçada pelo guarda-corpo linear que se estende.



Figura 3 – O sistema estrutural do Hotel Vila Boa adota a solução de planta e fachada livres, possibilitando aberturas nas lajes e variação de vedação de acordo com aspectos funcionais. O projeto tira partido dos elementos estruturais, que cruzam as lajes de todos os pavimentos, para separação das áreas privativas dos apartamentos.

Fonte: Foto de Alisson Andrade, 2019

O que se nota em comum entre estes dois projetos, que pode ser interpretado como uma linguagem da obra do arquiteto Renan Barros de Oliveira, é o fato de ambas serem volumetrias que se impõem sobre a paisagem urbana, e, ainda, apresentam um certo protagonismo do aspecto estrutural, em que as partes que os compõem são evidenciadas enquanto elementos de composição. Vê-se, ainda, que os projetos adquirem uma liberdade formal, muito embora as soluções técnicas ainda tenham esbarrado em limitações, lançando mão de soluções mais simplificadas numa tentativa de apropriação dos emblemas formais modernos, porém executados com materiais tradicionais locais.

Talvez seja essa aproximação entre estes projetos de Renan que faz com que lhe seja atribuída a autoria do antigo clube Cantagalo, dado que, entretanto, ainda não foi possível confirmar. A edificação que abrigou o Clube Recreativo Cantagalo, atualmente desativado (ver figura 4), destaca-se como um dos exemplares que apresentam aproximações formais com o discurso brutalista. O antigo clube localiza-se no centro histórico da cidade de Goiás, num recorte de tecido urbano tipicamente colonial, mas adjacente a construções dos mais diversos períodos históricos. O exemplar substituiu uma edificação de tipologia tradicional demolida em 1958, que pertencia ao Estado de Goiás – reforçando a hipótese de que sua construção, demonstrava a ânsia do governo pela modernização da cidade através de novas arquiteturas.

Pode-se ver em sua edificação uma tentativa de aproximação com o vocabulário brutalista apregoado enquanto uma vertente da arquitetura moderna, disseminada nacionalmente a partir da escola paulista, que passou a produzir uma arquitetura que explorava os materiais construtivos em seu estado bruto, especialmente o concreto aparente. Os objetos arquitetônicos assumiram um partido de fechamento para o exterior com uma grande integração interna, geralmente horizontal, através de volumes densos, muitas vezes ladeados por planos de concreto aparente, e a possibilidade de criação de jardins internos.

A edificação do antigo clube Cantagalo apresenta-se como uma volumetria monolítica, de geometria rígida, onde se vê refletido o sentido plástico de um jogo de sólidos que buscam uma harmonia formal. Esta se dá através do emprego ritmado de elementos construtivos predominantemente em linhas verticais, e com organização interna bastante integrada, coerente ao apregoado por esta, então, nova arquitetura, com novo sentido estrutural.



Figura 4 – Edificação do antigo Clube Recreativo Cantagalo: volumetria rígida e repetição ritmada de elementos verticais ocultam as fenestrações reforçando o partido de fechamento para o exterior. Fonte: Foto de Alisson Andrade, 2019.

A inserção destas diversas tipologias no Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Goiás evidenciou a complexidade estilística da área protegida, que, sob a perspectiva do valor histórico do bem cultural, trouxe a sobreposição de camadas de influências arquitetônicas ao longo, especialmente, dos séculos XIX e XX. Não obstante Goiás ser cognoscível pela preservação e harmonia do conjunto oitocentista, avalia-se que a pluralidade estilística observou os aspectos arquitetônicos e urbanísticos como gabarito, alinhamento e afastamentos, volumetria, cobertura, entre outros, que permitiram a manutenção e a leitura dos aspectos tradicionais da paisagem.

TERIA SIDO O MODERNO PRESERVADO PELO COLONIAL?

O reconhecimento formal

A diversidade encontrada na tipologia edilícia do conjunto tombado da cidade de Goiás fomenta o debate sobre quais deveriam ser os limites ou o alcance de sua preservação. O tombamento, em si, foi baseado na construção de valores e nos debates do campo patrimonial ao longo da segunda metade do século XX, mas antes disso, outras cidades brasileiras já haviam sido reconhecidas como patrimônio histórico e artístico, como Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Serro, Tiradentes e São João del Rei, em 1938. Naquele momento, imediatamente após à criação do próprio órgão de preservação e do tombamento como instrumento de preservação, reconhecia-se como patrimônio cidades e edificações coloniais que expressavam a autenticidade barroca enquanto valor de obra de arte.

É interessante notar que foi justamente este o discurso construído para o tombamento da cidade de Goiás em 1951. Em 1948, o arquiteto do SPHAN⁴, Edgar Jacintho da Silva realizou um levantamento técnico preliminar e registros fotográficos dos bens de interesse na cidade. Seu estudo foi organizado em três categorias: (i) edificações que compõem o conjunto urbanístico da cidade; (ii) edifícios e monumentos públicos, igrejas e determinadas

⁴ SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi a primeira nomenclatura atribuída ao órgão federal responsável pela preservação de bens materiais e imateriais, hoje IPHAN.

casas e sobrados de moradia do século XVIII, inapreciáveis em valor tanto pela raridade de suas soluções arquitetônicas quanto por sua monumentalidade; e (iii) o partido urbanístico, por considerar-se que este permaneceu inalterado (TAMASO, 2007).

Uma vez que o barroco colonial era a referência de uma produção artística e histórica genuinamente brasileira, somente ela era considerada autêntica e digna de compor o acervo do patrimônio nacional. Desta forma, a patrimonialização das cidades dos séculos XVII e XVIII, segundo Marcia Sant’Anna (1995, p.124), pretendia manter “certas configurações urbanas excepcionais como registro de memória e representação de uma tradição”.

Portanto, os critérios para seleção dos bens estavam vinculados à estética, à excepcionalidade e à integridade. Ainda que fosse ponderada a simplicidade e austeridade do conjunto urbano da cidade de Goiás, ou seja, não era suntuosamente barroco para ser reconhecido como patrimônio naquele momento, vale observar que houve um incipiente debate acerca da relevância de Goiás no contexto territorial e político da época de sua formação, notando que não havia “prédios artísticos, nem obras públicas de grande valor econômico ou escultural. Entretanto, a cidade em si, em seu conteúdo, pela sua posição na vida política de Goiás, pelas suas tradições, pela sua poesia, etc., constitui um conjunto rico em sentido histórico” (Parecer técnico nº 501, Processo de tombamento nº 0345-T-42, Anexo I, fls 0003-0004)⁵.

Todavia, este argumento não foi relevante para a decisão final e procedeu-se ao tombamento de monumentos isolados, prédios institucionais e religiosos com características barrocas e dois pequenos conjuntos arquitetônicos⁶ considerados íntegros e representativos da tipologia colonial. As demais edificações foram consideradas “gravemente desfiguradas no seu aspecto tradicional, em consequência de reformas muito prejudiciais realizadas na maioria talvez das suas construções antigas” (Processo de tombamento nº 0345-T-42, Volume I, fl. 16), como também por resultado da inserção de novas tipologias, ainda que apenas nas fachadas dos imóveis, e demais adaptações construtivas – onde viriam a se incluir as inserções modernas discutidas neste trabalho.

A heterogeneidade que caracterizava o conjunto, retratando diversas camadas de produção arquitetônica, depreciava o valor da cidade enquanto objeto de arte excepcional e íntegro. Foram, portanto, inscritos no livro de Tombo das Belas Artes, as Igrejas setecentistas e Oitocentistas, a antiga Casa de Câmara e Cadeia e o Chafariz de Cauda; e no livro do Tombo Histórico, o Quartel do 20º Batalhão de Infantaria e o Palácio dos Governadores.

As ações de conservação realizadas nestes monumentos tombados isolados se preocupavam menos com as técnicas construtivas do que com a composição estilística. As intervenções realizadas nas primeiras décadas pós tombamento buscaram retornar os aspectos tradicionais das construções como os beirais, através da eliminação de

5 Cf. Parecer técnico nº 501, de 18 de novembro de 1942, do relator Moysés Costa Gomes. Processo de tombamento nº 0345-T-42, Anexo I, fls 0003-0004.

6 Cf. Processo de tombamento nº 0345-T-42, Volume I, fl. 28.

platibandas, por exemplo⁷. Essa postura acabou por eliminar aspectos do chamado “gosto moderno” que haviam sido incorporados às edificações tradicionais, consolidando uma imagem de centro histórico setecentista/oitocentista. Não obstante, para além dos limites do centro histórico, verifica-se que nas legislações municipais das décadas entre 1950-1970, no que diz respeito aos parâmetros urbanísticos e construtivos, é recorrente encontrar a orientação para que para novas construções, ou reconstruções seguissem os ‘moldes oficiais, moderno ou cimalha’. Percebe-se que o ensejo de progresso através da inserção de novas tipologias ainda persistia, desde que não conflitasse com as obras de arte coloniais.

A partir dos anos 1970, acompanhando os novos debates que surgiram no campo do patrimônio, os arquitetos do IPHAN, Belmira Finageiv e Alcides da Rocha Miranda, realizaram um estudo denominado ‘Roteiro Histórico e Artístico de Goiás’, que correspondia a uma rota passível de aproveitamento econômico e turístico, interligando os edifícios e conjuntos já tombados em 1951. Este perímetro, no entanto, já era protegido pela Lei Municipal nº16 de 03 de julho de 1975, após articulação da elite intelectual local, que se mobilizou para proteger a cidade com vistas a investimentos de obras e exploração turística.

Em 1978, as áreas deste estudo foram inscritas com o nome de Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Goiás nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e Histórico. Esta informação é relevante por sinalizar uma mudança de perspectiva sobre a cidade de Goiás. Sua importância não era mais como obra de arte, mas como documento urbano, isto é, a cidade passou a ser o registro das formas de ocupação e expressão humana e de suas sociedades ao longo do tempo – não somente o colonial, mas os períodos subsequentes, inclusive o moderno e suas inserções no tecido setecentista.

Dos pareceres que foram favoráveis a este novo tombamento, pode-se destacar quatro argumentos fundamentais: o tombamento corroboraria para a proteção da ambiência dos bens já tombados; valorizaria a solução morfológica encontrada para ocupação urbana e a amplitude tipológica encontrada nos imóveis; enalteceria a harmoniosa relação entre ambiente construído e paisagem natural; reverteria gradativamente as descaracterizações sofridas, além de impedir novas. É curioso observar que, ao mesmo tempo que se valorizou a diversidade tipológica como registro da ocupação e das transformações da cidade, ela foi vigorosamente combatida, como pode-se inferir na orientação de se “reverter as descaracterizações sofridas” (Ver Processo de tombamento nº 0345-T-42, Volume II).

Com a propositura para inscrição da cidade de Goiás na lista do Patrimônio Mundial, o patrimônio goiano foi revalorado e, uma vez mais, debatido, tendo por diretrizes, as categorias e critérios de seleção e gestão dos bens a serem inscritos na Lista estabelecidos em 1972 como produto da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e

⁷ O mesmo se deu entre as décadas de 2000 e começo de 2010, em meio às obras promovidas pelo Programa Monumenta.

Natural. Este documento entendia que os conjuntos seriam “grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência” (CURY, 2000, p.178).

Nessa perspectiva de patrimônio, os valores atribuídos se aproximaram mais de uma visão antropológica, que partiram do *mito fundador*: as bandeiras avançando Tordesilhas – como representação da origem de ocupação desse território –, a autenticidade dos exemplares de arquitetura vernacular com suas características de assentamento, e a integridade das estruturas sem grandes alterações no percurso do tempo até chegar numa retórica da perda (OLIVEIRA, 2014).

Neste sentido, foi necessário agregar novas áreas urbanas ao patrimônio, incluindo chácaras e áreas livres adjacentes ao conjunto já protegido, que compreendia o traçado urbano expandido nos séculos XIX e XX, para além da ocupação setecentista, trazendo, inclusive, a noção de paisagem cultural. Os valores atribuídos que validaram o reconhecimento foram os seguintes:

(ii) – com seu traçado e sua arquitetura, a cidade histórica de Goiás é um notável exemplo de uma cidade com características européias admiravelmente adaptada às condições climáticas, geográficas e culturais da área central da América do Sul.

(iv) - Goiás representa a evolução de uma forma de estrutura urbana e arquitetônica representativa da colonização da América do Sul, que fez uso completo dos materiais e técnicas locais e conservou sua excepcional paisagem (Processo de tombamento nº 0345-T-42, Anexo IV, fl 0420).⁸

Com a ampliação não somente da dimensão conceitual, mas da própria área urbana e do volume arquitetônico protegido, em 2004, o IPHAN rerratificou a área tombada anteriormente, conforme as definições da UNESCO. Áreas antes consideradas como entorno, mantinham características arquitetônicas similares àquelas encontradas em áreas tombadas e as modificações nos imóveis não teriam afetado substancialmente sua estrutura e programa; o traçado original da malha urbana permanecia preservado e as expansões seguiam a mesma lógica de implantação. Por tais razões estas áreas a mais foram inseridas no perímetro proposto para rerratificação do tombamento, incluindo edificações dos vários estilos inseridos ao longo do século XX e com os mais diversos parâmetros urbanísticos (alinhamento, afastamentos, taxa de ocupação, volumetria, etc), dentre os quais, os exemplares *ao gosto moderno*.

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MODERNO

A estrutura conceitual do patrimônio cultural tombado na cidade de Goiás supera, hoje, as visões que fundamentaram o tombamento em 1951 e 1978, sobretudo acerca da

⁸ Cf. Processo de tombamento nº 0345-T-42, Anexo IV, fl 0420.

legitimidade limitada ao acervo remanescente do século XVIII. Os elementos morfológicos responsáveis pela identidade que configurou e conformou a paisagem da cidade, segundo a perspectiva da paisagem cultural, seriam, de acordo com parecer técnico da arquiteta Fátima Macedo Martins: a vegetação e o relevo fechando os cones visuais; o contraste entre os espaços edificados e a vegetação; os canais de rua nitidamente definidos pelo casario contíguo e contínuo; a presença do Rio Vermelho como ponto privilegiado no espaço da cidade e seu contraste com o espaço edificado e a *homogeneidade da escala do conjunto construído, no qual os exemplares modernos se inserem e coexistem* (IPHAN, 1942, volume IV, fl. 174. Grifo nosso).

Entretanto, e lamentavelmente, a mesma narrativa considera que as alterações inseridas na cidade conforme os estilos dos séculos XIX e XX, por terem sido poucas e dispostas de forma bem espalhada na área preservada, não *feriram* o conjunto urbano da cidade uma vez que não empreenderam significativas alterações no que compete principalmente a gabarito e afastamentos. A partir disso, pode-se inferir que a construção de valores, ainda que tenha trazido noções de paisagem cultural, ainda se respalda num destacado enfoque aos aspectos coloniais do conjunto.

Esta visão fica bastante evidente nas ações de gestão e preservação implementadas pelo IPHAN, a começar pela normativa que regulamenta os perímetros de tombamento e entorno e estabelece os critérios e procedimentos para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Goiás: a Portaria nº 001, de 22 de abril de 1993 daquele órgão. Nota-se um hiato temporal onde houve significativas transformações conceituais e alterações, com grandes ampliações, das áreas tombadas e de entorno regulamentadas pela portaria.

Além disso, em seu artigo 1º, parágrafo 1º, esta Portaria nº 001 estabelece que

A realidade física-territorial correspondente ao patrimônio imóvel sob proteção federal, a que se refere o caput deste artigo, é compreendida como o meio ambiente urbano, natural e construído, representativo da soma dos períodos históricos da cidade de Goiás, desde sua fundação como Arraial de Sant'Anna, até a mudança da capital do estado de Goiás para Goiânia. (IBPC, 1993, fl.01)

Ainda na definição, a normativa já desmantela completamente a estrutura discursiva dos valores associados às noções antropológicas do patrimônio e ao conceito de paisagem cultural, construídas e validadas pelo título de Patrimônio Mundial, ao determinar data de início e de fim para o acervo patrimonial constituído, descartando todos os processos construtivos, de ocupação e estilos de quase todo século XX.

Nota-se um contrassenso que pode ser evidenciado pelo recente caso da requalificação do Cine Teatro São Joaquim, na cidade. Concluída em junho de 2017, a intervenção foi realizada no âmbito do PAC Cidades Históricas⁹ e despertou diversas

9 O PAC Cidades Históricas é uma linha do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, criada em 2013 para atender os sítios históricos urbanos protegidos pelo IPHAN, proporcionando a revitalização das cidades

polêmicas nos mais diversos segmentos da comunidade local.

O primeiro Cine Teatro São Joaquim instalou-se na cidade em 1857, fruto da iniciativa de comerciantes locais, e após ter sido destruído por uma enchente, foi reconstruído em 1920. Mesmo após algumas reformas que sofreu, o São Joaquim consolidou-se como um importante e representativo espaço de memória da comunidade vilaboense.

Sua antiga edificação caracterizava-se por uma volumetria com algum destaque no conjunto, em função do gabarito alteado em relação à vizinhança adjacente e ao volume monolítico implantado em todo o terreno, cuja tipologia evidenciava traços de transição entre o Déco e o Moderno (figura 5).



Figura 5 – Cine Teatro São Joaquim, à esquerda, em sua configuração antes das obras de *requalificação* e, à direita, após as mesmas, transformadas em *reconstrução*: gabarito mais elevado e substituição da tipologia moderna por outra que se assemelhe mais à feição histórica tradicional predominante na cidade.

Fonte: (imagem à esquerda) OLIVEIRA (2014, p. 79); (imagem à direita) Karine Oliveira, 2020.

Inicialmente, embora o projeto básico aprovado previsse a completa remodelação volumétrica e da fachada – com utilização de empena de cobertura tipo colonial com beiral e fenestrações ritmadas e com esquadrias de madeira –, a estrutura do edifício seria mantida, contando com um percentual de demolição.

Após o início das obras, entretanto, o edifício foi demolido completamente, condicionando a obra então a uma total reconstrução, e não mais requalificação. Alguns ajustes foram realizados na volumetria e fachada até a finalização da execução, de forma a construir um partido que buscasse uma aproximação aos parâmetros típicos da arquitetura colonial.

A respeito deste projeto, o técnico arquiteto do IPHAN, Dalmo Vieira Filho, faz a seguinte análise, que foi publicada no jornal O Popular, de 23 de fevereiro de 2016:

O valor cultural do edifício não está na construção descuidada, feita em descompasso com a vizinhança - patrimônio da humanidade. O tombamento de Goiás foi feito, de certa forma, para evitar construções daquele tipo. O uso é que se juntou aos valores da cidade. Manter a todo custo algumas

históricas, a restauração dos monumentos e a promoção do patrimônio cultural.

paredes erguidas com descuido sem considerar a natureza nem a qualidade de sua execução seria trocar o senso comum por um determinismo fatalista, descolado da realidade. Diante da precariedade do arcabouço existente, sem desdouro para o conjunto tombado nem para a memória da maioria dos moradores, foi legítimo priorizar a paisagem urbana e a qualidade da obra pública em curso - essa sim fundamental ao município. (IPHAN, 2014, fl. 53).

É deste episódio ilustrativo, que poderia ter sido tomado mesmo antes da completa demolição do equipamento, que se partiu rumo ao questionamento da legitimidade da inserção das tipologias arquitetônicas do século XX no tecido protegido, tendo sido os aspectos modernos preteridos pelo projeto com evidentes afinidades coloniais. Na fala do arquiteto Dalmo Filho, as análises das inserções no conjunto como “descompasso com a vizinhança” ou “precariedade do arcabouço existente”, traz implícita uma redução da noção de patrimônio que havia evoluído na passagem para o século XXI. Mantendo-se a noção de objeto de arte, as inserções romperiam com a primazia artística.

A cidade tombada que assumiu o protagonismo é aquela, conforme determinado pela Portaria Regional nº 001/1993, “desde sua fundação como Arraial de Sant’Anna, até a mudança da capital do estado de Goiás para Goiânia” (IBPC, 1993, fl. 1). Essa cidade, lamentavelmente não acolheu as camadas de sua produção arquitetônica, ainda que houvessem vestígios materiais e que estes legitimassem valores sociais e de uso. Trata-se do que Lia Motta (1987, p. 109) chama de “objeto idealizado”, que remete à interpretação da cidade como obra de arte íntegra e expressiva do barroco colonial, onde inserções são interpretadas como “descaracterização urbanística e paisagística” e ferem a “busca da harmonia”.

Neste sentido, compreende-se um grande prejuízo em via de mão dupla: o primeiro, claramente para o acervo de arquitetura moderna da cidade de Goiás – dentro dos limites dos ideais modernistas e das condições técnicas e econômicas locais que condicionaram sua difusão. Este acervo não somente não é valorado, mas está permanentemente sob risco diante da limitação conceitual da Portaria nº 001 como instrumento de gestão da preservação – e pelo entendimento de “*precariedade do arcabouço existente*”, que emergiu da análise das práticas atuais de restauro na cidade. Mas sobretudo perde o conjunto urbano enquanto patrimônio, no seu sentido macro e na sua função social, uma vez que a cidade como bem cultural está em constante ressignificação mediante suas dinâmicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que com tímidos esforços de modernização, Goiás não foi capaz de alterar sua paisagem cultural, muito em função de sua normativa, mas também pelo limitado acervo técnico disponível. E assim, uma vez que se entende o patrimônio cultural edificado da cidade de Goiás enquanto paisagem são superadas as visões que fundamentaram seus primeiros tombamentos acerca da legitimidade limitada ao acervo remanescente do

século XVIII, passando a incluir e considerar a inserção de exemplares de outros períodos, sobretudo representantes modernos, como homogênea em relação ao todo edificado. Entretanto, a normativa vigente não é capaz de proteger tais representantes, deixando-os expostos à medida que não os reconhece formalmente.

Uma vez que a Portaria nº 001, irrefutavelmente defasada e descontextualizada da contemporaneidade, delimita a proteção às edificações construídas até o ano de 1937, os bens modernos, ainda que inseridos no conjunto tombado, que constituam espaços de memória da comunidade ou que sejam de interesse, não estão formalmente protegidos, ficando sujeitos a todo tipo de dilacerações em suas condicionantes. O contrassenso, muito além de um dilema conceitual e um limitante de gestão é por si, um dano ao patrimônio cultural, uma vez que o reduz a recortes temporais, tipológicos e o distancia da dimensão antropológica, e com isso, do sentido dado pelas pessoas e comunidades.

A prerrogativa de uma identificação preliminar de um patrimônio moderno em meio ao conjunto preservado de Goiás deflagrou a urgência de uma caracterização mais precisa e formal deste patrimônio, de forma a conhecê-lo e valorá-lo, assim como revalorar o entendimento acerca do patrimônio vilaboense. Tal proceder quer dizer atribuição do lugar que é devido às iniciativas de modernização do repertório edilício da cidade, inclusive, reconhecendo a atuação profissional relegada ao ostracismo de arquitetos como Renan Barros de Oliveira, cujo trabalho pouco se tem registro. É inquietante a percepção de que a preservação deste patrimônio aconteceu – até então e sem garantias de até quando – pelo estrato colonial subjacente, e não pelo reconhecimento de sua qualidade em si, aspecto preponderante que necessita ser apreendido e amplamente discutido.

REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Urbanização em Goiás no século VIII**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

COELHO, Gustavo Neiva. **O espaço urbano em Vila Boa**: entre o erudito e o vernacular. Goiânia: Ed. UCG, 2001.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas patrimoniais**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DOSSIÊ de Proposição de inscrição da cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade. Goiânia, 2000. CD-ROM, 6 anexos.

FONSECA, Thalita P.; OLIVEIRA, Karine C. “O moderno em meio à tradição: o caso da Cidade de Goiás – GO”. In: **ATAS DO XII COLÓQUIO INTERNACIONAL TRADIÇÃO E MODERNIDADE NO MUNDO IBEROAMERICANO**, Porto, jul. 2017, 18p.

GALVÃO JUNIOR, José Leme. **Patrimônio cultural urbano** – Preservação e desenvolvimento. Brasília: UnB, 2009.

_____ e BERTRAN, Paulo. **Evolução Urbana da cidade de Goiás no período colonial**. Belo Horizonte: (sem publicação), 1987

Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Portaria nº 001, de 21 de dezembro de 1993. Brasília, 1993.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás (GO)**. Processo de Tombamento nº 345-T-42. Rio de Janeiro: IPHAN, 1942. 4 v.

_____. **Financiamento de obras de intervenção em imóveis privados** (Requalificação do Cine Teatro São Joaquim). Processo 01516.000982/2014-04. Goiânia: IPHAN, 2014. Disponível em: <https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?wt7h6hFBI_9S3DJGLI0dpQiISEQL4RcICP821UP_Zu3te9Mz8pMgdSFPXZPRHsDc8jMQ17erGYJfOcr-cboqx9bDGf4Cw_4GYrccw6a3wUp1CheucAQF6HalbRkWB1B>. Acesso em: 29 out. 2019.

_____. **Goiás recebe o novo Cine Teatro São Joaquim**. Brasília, 29 mai 2017. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4147/goias-recebe-o-novo-cine-teatro-sao-joaquim>>. Acesso em: jul. 2017.

LIMA, Elder Rocha. **Guia Afetivo da Cidade de Goiás**. Goiânia: IPHAN, 2017.

MARTINS, Fátima de Macedo. **Arquitetura vernacular de Goiás**: análise de um patrimônio cultural. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília. Brasília, 2004.

MENDES, Francisco; VERÍSSIMO, Francisco; BITTAR, William. **Arquitetura no Brasil**: de Deodoro a Figueiredo. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2015.

MOTTA, Lia. "A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios". **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: SPHAN, n. 22, 1987, p.108-122.

OLIVEIRA, Karine Camila. **Parâmetros urbanísticos e a preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico da Cidade de Goiás**. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2014.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

SANTANA, Beatriz Otto. **Espaços urbanos: a casa vilaboense no século XIX** – memória de um tempo e de um povo. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica. Goiânia, 2005.

SANT'ANNA, Marcia. **Da cidade-monumento à cidade documento** - a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1995.

SANTOS, Paulo F. **Quatro Séculos de Arquitetura**. Rio de Janeiro: IAB, 1981.

TAMASO, Izabela. **Em nome do patrimônio** – Representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acústica de salas 2, 3, 14

Acústica de salas de aula 2

Ambientes de trabalho 69, 70, 71, 75, 80, 81, 89

Arquitetura 16, 17, 18, 19, 20, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 60, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 74, 75, 81, 88, 89, 90, 91, 98, 99, 103, 104

Arquitetura saudável 69, 70, 81, 88, 89

Aurilização 2, 3, 7, 8, 11, 12, 13

Avaliação 1, 3, 14, 15, 75, 80, 87, 91, 103, 105

B

Brasil 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 43, 54, 59, 60, 67, 68, 69, 73, 75, 79, 80, 88, 90, 93, 95, 97

C

Centro histórico 45, 48, 55

Cidade 16, 20, 22, 26, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 79, 91, 100, 105

Conforto térmico 78, 83

Conservação 29, 41, 47, 56, 57, 58

Construção 1, 17, 23, 33, 39, 40, 43, 45, 46, 50, 51, 56, 57, 64, 65, 66, 71, 72, 78, 81, 84, 88, 105

Construção civil 88

Consumo 29, 32

E

Educação 20, 28, 39, 55, 56, 59, 92, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 105, 106

Ensino 1, 2, 3, 7, 13, 15, 94, 98, 99, 100, 103, 104, 105, 106

Ergonomia 78, 88, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 100, 102, 103

Escola 45, 81, 93, 100, 101, 103, 104

F

Fragilidades socioespaciais 16

G

Goiás 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 61, 62, 63,

64, 65, 67, 68

H

História urbana 38

I

Impacto 27, 33, 35, 69, 70, 71, 72, 80, 81, 84, 88, 93

Índice de articulação 2, 3, 12, 13

Infraestrutura 30, 103

Inteligibilidade 1, 2, 3, 8, 13, 14, 15

L

Legislação 36, 73, 80

M

Mapeamento 102

P

Paisagem urbana 45, 52, 66

Patrimônio 38, 39, 40, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 68

Patrimônio moderno 49

Periferia global 16

Pesquisa 1, 3, 4, 7, 14, 23, 24, 34, 54, 67, 88, 89, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103

Planejamento 20, 75, 89, 98

Planos 31, 45

Política 16, 17, 18, 20, 21, 27, 31, 33, 35, 36, 47, 63, 67

Prática 19

Preservação 38, 40, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 73

Processos 18, 50, 74, 86, 98

Psicologia Ambiental 69, 70, 74, 75, 87, 88

Q

Qualidade de vida 30, 31, 59, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 87, 88, 89, 90

R

Revisão bibliométrica 92, 94

Revisão sistemática 92, 94, 102, 103, 104

Revitalização 50

S

Saúde 1, 4, 7, 20, 31, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 98, 99, 100

Segurança 28, 85, 93

Simulação acústica 2, 3, 8, 9, 10, 14

Síndrome do Edifício Doente 69, 70, 75, 81, 83, 88, 89, 90

Sociedade 22, 31, 41, 56, 80, 88

T

Técnica 16, 17, 18, 27, 31, 32, 36, 101

Território 16, 20, 31, 38, 40, 49, 62, 64, 72

U

Urbanismo 16, 17, 18, 19, 20, 28, 30, 32, 38, 53, 55, 67, 69, 75, 99, 103, 104

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Pesquisas, processos e práticas em
**arquitetura
e urbanismo**

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Pesquisas, processos e práticas em
arquitetura
e urbanismo
2